

Formação docente: *desafios para o novo Plano Nacional de Educação*

Teacher training:
challenges for the new National Education Plan

Formación docente:
desafíos para el nuevo Plan Nacional de Educación

🔗 **MICHAEL DAIAN PACHECO RAMOS***

Universidade do Estado da Bahia, Salvador – BA, Brasil.

🔗 **ELIZEU CLEMENTINO DE SOUZA****

Universidade do Estado da Bahia, Salvador – BA, Brasil.

RESUMO: O texto busca discutir a escolarização e a formação de docentes, importante diretriz do Plano Nacional de Educação – PNE. Optamos por pesquisa documental, com dados da Sinopse Estatística da Educação Básica 2023 e análise descritiva para tratamento dos dados. Os resultados apontam que o Brasil possui pouco mais de 2 milhões de professores/as, sendo 2/3 deles/as na região Sudeste e Nordeste do país, em sua maioria mulheres atuando em escolas públicas, no Ensino Fundamental; houve aumento no percentual de docentes com Ensino Superior, porém, aquém da meta 15 do PNE; a adequação entre curso superior e disciplina lecionada tem aumentado, mas com descompassos entre redes, escolas e etapas. O número de professores/as com pós-graduação aumentou, o país está perto de atingir a meta 16 do PNE, mas há distorções significativas quando analisadas as unidades federativas do país.

Palavras-chave: Escolaridade. Formação inicial. Formação continuada. Docentes. Educação Básica.

* Doutor em Educação. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia. *E-mail:* <mdpramos@uneb.br>.

** Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Coordenador do Grupo de Pesquisa (Auto)Biográfica, Formação e História Oral. *E-mail:* <escllementino@uol.com.br>.

ABSTRACT: This text aims to discuss schooling and teacher training, an important guideline of the National Education Plan – PNE. Documentary research was carried out with data from the 2023 Statistical Synopsis of Basic Education and a descriptive analysis was used for data treatment. The results indicate that Brazil has just over 2 million teachers, 2/3 of whom are in the Southeast and Northeast regions of the country, most of whom are women working in public schools, in elementary education. Besides, there was an increase in the percentage of teachers with higher education degrees, but below of what was established by Goal 15 of PNE. The adequacy between higher education and the subject taught has increased, but there are mismatches between networks, schools, and educational levels. The number of teachers with graduate degrees has increased, the country is close to reaching Goal 16 of PNE, but there are significant distortions when analyzing the country's federative units.

Keywords: Education. Initial training. Continuing education. Teachers. Basic Education.

RESUMEN: El texto busca discutir la escolarización y la formación docente, importante lineamiento del Plan Nacional de Educación – PNE. Se optó por la investigación documental, con datos de la Sinopsis Estadística de la Educación Básica 2023 y análisis descriptivo para el procesamiento de datos. Los resultados indican que Brasil tiene poco más de 2 millones de docentes, 2/3 de ellos en las regiones Sudeste y Nordeste del país, la mayoría de los cuales son mujeres que trabajan en escuelas públicas, en la Educación Primaria; hubo un aumento en el porcentaje de docentes con Educación Superior, sin embargo, por debajo de la Meta 15 del PNE; la adecuación entre el curso de educación superior y la materia impartida ha aumentado, pero con discrepancias entre redes, escuelas y etapas. El número de docentes con posgrado ha aumentado, el país está cerca de alcanzar la Meta 16 del PNE, pero hay distorsiones importantes al analizar las unidades federativas del país.

Palabras clave: Escolaridad. Formación inicial. Formación continua. Docentes. Educación básica.

Introdução

Este artigo busca discutir questões relacionadas a escolarização e formação de docentes brasileiros/as, pois entende que constituem fatores importantes nos processos de valorização dos/das profissionais da educação, importante diretriz do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014). O texto vincula-se às pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral – GRAFHO, através da aprovação no Edital n.º 40/2022, Linha 3B – Projetos em Rede – Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social, com a pesquisa *Educação, narrativa e saúde: direito à vida e à educação em tempos de refigurações* e na Chamada Pública MCTI/CNPq n.º 14/2023 – Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação, com a pesquisa *Educação, narrativa e saúde em perspectiva internacional: aprendizagens biográficas e acervos experienciais vinculados a contextos educacionais e multiprofissionais em saúde*. Este artigo vincula-se também ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Política Educacional e Trabalho Docente. Em aderência e vinculação aos projetos indicados, destaco que analisamos questões voltadas a formação e consequente valorização dos/das profissionais da Educação Básica.

Partimos da premissa apontada por Michel Brault (1994), a de que não resta dúvida sobre a relação simbiótica entre uma educação de qualidade e a qualidade dos/das educadores/as, sendo assim, apenas com professores/as competentes, comprometidos/as publicamente, valorizados/as social e profissionalmente será possível ofertar uma Educação Básica de boa qualidade para todos/as. Esse entendimento é fundamental e está na raiz de qualquer tentativa de mudança do quadro atual da educação nacional.

As reformas educacionais que ganharam corpo no Brasil na década de 1990 tiveram como questões centrais formação inicial, capacitação e treinamento de docentes, assumindo um espaço cada vez maior na agenda das discussões sobre educação, na conjuntura atual de globalização econômica e reestruturação dos processos produtivos. João Oliveira e Olgaíses Maués (2012) apontam que os motivos para a atenção à temática da formação de professores/as foram vários, desde a necessidade de cumprir os acordos do governo em cúpulas, congressos e afins, o atendimento a recomendações oriundas de pesquisas internacionais até resultados dos exames externos, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

No Brasil, assim como em vários países do mundo, foi sendo adotada a ideia de que a competição entre sistemas de ensino, escolas e professores promoveria a melhoria do desempenho dos alunos. Nessa lógica, foram se ampliando os controles sobre as escolas, por meio da gestão, do financiamento, do currículo e da avaliação, numa espécie de autonomia regulada por controle remoto, que tem resultado, cada vez mais, numa maior responsabilização dos professores e gestores escolares no tocante ao cumprimento de metas de desempenho estabelecidas, sobretudo pelos governos federal e estaduais (OLIVEIRA & MAUÉS, 2012, p. 64).

Compreendemos que essa lógica indica a importância do corpo docente para a educação, estabelecendo uma relação direta entre resultados apresentados pelos/as discentes e a formação e trabalho dos/das professores/as, havendo, por consequência, uma preocupação política de estabelecer marcos regulatórios que possibilitem a melhoria da formação dos/das professores/as.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de 1996 passou a exigir que professores/as fossem formados/as em cursos de licenciatura plena, de nível superior, para o exercício da docência na Educação Básica; o Artigo 87 instituiu a “Década da Educação”; e o parágrafo 4º definiu que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 1996). A Década da Educação finalizou em 2006 sem que a exigência de nível superior fosse cumprida, havendo uma flexibilização por parte do Conselho Nacional de Educação – CNE para que professores/as formados em curso normal de nível médio também estivessem aptos/as para atuar legalmente na Educação Infantil. Atualmente, o Art. 62 da LDB foi alterado pela Lei nº. 13.415 de 2017, indicando que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017).

As discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação – PNE tem mobilizado profissionais da educação de todo o país para avaliar as metas do plano em vigor e projetar as metas do próximo documento. As propostas aprovadas na última Conferência Nacional de Educação – Conae 2024 têm auxiliado a sociedade para tanto.

A lei nº 13.005 (BRASIL, 2014) aprovou o Plano Nacional da Educação – PNE estabelecendo um conjunto de 254 diretrizes e 20 metas na política educacional brasileira para o decênio de 2014-2024, visando garantir acesso à educação de qualidade. Trata-se de uma importante ferramenta estratégica de planejamento dos governos federal, estaduais e municipais. Importante salientar que esse PNE foi construído em diálogo com diversos setores da sociedade, atendendo princípios da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996). Aponta em suas metas, de maneira clara e objetiva, o que necessita ser feito para que a educação brasileira se desenvolva e avance, seja em sua qualidade, seja em relação a acesso e permanência na escola, reafirmando as garantias previstas na Constituição Federal de 1988 e ratificada na LDB de 1996 (COSTA, 2014).

Ou seja, o PNE impacta diretamente a curto, médio e longo prazos todos os níveis da educação, desde a infantil até a pós-graduação. Dessa forma, avaliar o PNE em vigência e pensar o próximo é uma tarefa importante e necessária para contribuir na tomada de decisões, enfrentar os desafios da educação e conter as desigualdades sociais e econômicas

que persistem há décadas no país, especialmente em relação ao aprendizado e às oportunidades das crianças e jovens.

As metas 15 e 16 do PNE estão relacionadas diretamente com a escolaridade e formação dos/das docentes. A meta 15 visa

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014).

Para efetivar a meta, o documento aponta que as estratégias devem focar o mapeamento estratégico das necessidades de formação dos/das profissionais; consolidar financiamento estudantil; ampliar programas de iniciação à docência; ampliar plataforma eletrônica para ofertar cursos a profissionais da educação; implementar programas específicos para profissionais da educação que atuam em escolas do campo, comunidades indígenas, quilombolas e educação especial; e promover reforma curricular dos cursos de licenciatura (BRASIL, 2014).

Já a meta 16 aponta

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014)

A fim de assegurar seu cumprimento, a normativa apresenta as seguintes estratégias: realizar planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada; expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e dicionários; ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação de professores e professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível; ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação de professores, professoras e demais profissionais da educação básica; fortalecer a formação de professores e professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de um programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (BRASIL, 2014).

Compreendemos que o processo de avaliação e monitoramento do PNE é uma tarefa para diferentes setores da sociedade, haja vista que é designada por lei. A saber, o Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira – Inep desenvolve indicadores e publicações que visam subsidiar esse monitoramento. Destacamos os relatórios

de Monitoramento das Metas do PNE que ocorre a cada dois anos, trazendo resultados dos indicadores das metas, bem como análises sobre as tendências de cada indicador. Atualmente temos quatro relatórios disponíveis para consulta pública (INEP, 2016; INEP, 2018; INEP, 2020; INEP, 2022).

É sabido também que há uma série de estudos em âmbito nacional que discutem questões relacionadas a escolaridade e formação de docentes em todo Brasil, contribuindo para pensar sobre a temática. Destacamos para diálogo neste texto os estudos de Michel Brault (1994), Dalila Oliveira e Lívia Vieira (2010); João Oliveira e Olgaíses Maués (2012), Mário Azevedo (2012), Maria Regina Carvalho (2018) e Michael Ramos (2020). Tais trabalhos ajudam a pensar sobre os modos pelos quais os/as autores/as desenvolveram estudos específicos, em diferentes regiões do Brasil, sobre a formação dos/das professores/as, apresentando dentro de cada contexto o perfil de escolaridade, formação e os desafios e tensionamentos a serem enfrentados.

Assim, somando esforços para pensar o próximo plano de educação, destacamos o Documento Final elaborado pela Conae 2024, denominado *Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável*. Na dimensão da formação de professores/as da Educação Básica há avanços a serem observados, tanto na formação inicial quanto na continuada; contudo, levantamos as seguintes reflexões: 1) Onde estão os/as docentes brasileiros/as que não possuem formação em ensino superior e pós-graduação? 2) Existem regiões e localidades que necessitam de mais atenção das políticas públicas? Optamos por realizar uma pesquisa documental de acordo com Roberto Bogdan e Sari Biklen (1999), a partir dos dados da Sinopse Estatística da Educação Básica 2023 (INEP, 2024), que é de domínio público e pode ser acessada na página do Ministério da Educação. O Censo Escolar produzido pelo Inep

é a mais completa fonte de informações sobre a Educação Básica no país e embasa a formulação de políticas públicas. É a partir dele que podem ser executados os programas federais que preveem assistência e transferência de recursos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a distribuição de livros didáticos, a alimentação e o transporte escolar (INEP, 2024).

Utilizamos uma análise descritiva para o tratamento dos dados coletados, evidenciando questões relacionadas a escolarização e formação dos/das docentes do Brasil. De acordo com informações do portal do Inep, as Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2023 (compreendidas como uma síntese do Censo Escolar da Educação Básica) apresentam dados referentes a estabelecimentos, matrículas, docentes e turmas para as diferentes modalidades de ensino no Brasil: Ensino Regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), Educação Especial, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Os dados estão distribuídos de acordo com as regiões brasileiras, suas respectivas unidades da federação e municípios (INEP, 2024).

Escolaridade e formação dos/das docentes brasileiros/as da Educação Básica

Antes de apresentar o perfil de escolaridade e formação dos/das docentes do Brasil, consideramos importante dimensionar a disposição dos/das professores/as brasileiros/as que desenvolvem trabalho na Educação Básica.

Tabela 1 - Distribuição de docentes pelas regiões do Brasil

Região	Docentes	%
Brasil	2.315.616	100%
Centro-Oeste	162.664	7%
Nordeste	635.889	27,5%
Norte	200.423	8,6%
Sudeste	966.725	41,8%
Sul	350.892	15,1%

Fonte: INEP, 2024.

Na leitura da Tabela 1 podemos perceber um total de 2.315.616 docentes no Brasil no ano de 2023. É importante dimensionar que o número é bastante expressivo – para fins de comparação, a quantidade de docentes no Brasil é semelhante a toda a população de países como Islândia, Andorra, Catar, Lituânia, Eslovênia e Namíbia. Quando nos deparamos com a divisão por regiões do país, identificamos que o Sudeste representa 41,8% dos/das docentes brasileiros/as, seguido do Nordeste – 27,5%, Sul – 15,1%, Norte – 8,6% e Centro-Oeste – 7,5% (INEP, 2024). Essa tendência na distribuição se mantém nos últimos anos (INEP, 2016; INEP, 2018; INEP, 2020).

Os/As docentes do Brasil estão distribuídos/as da seguinte forma na Educação Básica: 656.954 na Educação Infantil; 1.414.211 no Ensino Fundamental; 545.974 no Ensino Médio; 147.579 na Educação Profissional; 221.597 na Educação de Jovens e Adultos; e 1.455.476 na Educação Especial (INEP, 2024).

Os dados ratificam um leve crescimento no número de docentes na maioria das etapas da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Ensino Médio), na Educação Profissional e na Educação Especial quando os comparamos com indicadores do Censo Escolar de 2014 (INEP, 2014). Apenas na Educação de Jovens e Adultos houve decréscimo de professores/as no período comparado.

Os 2.315.616 docentes brasileiros estão distribuídos/as majoritariamente na rede pública (79%), na qual 36.867 (1,6%) estão na rede federal; 682.504 (29,5%) nas redes estaduais; e 1.216.071 (52,5%) nas redes municipais. Ademais, 557.322 (24%) estão na rede privada de ensino (INEP, 2024). Consideramos importante registrar que 2.030.445 (87,7%) estão desenvolvendo suas atividades em escolas urbanas e 348.373 (12,3%) em escolas rurais. A grande maioria desses/as docentes que atuam em escolas rurais estão em unidades federativas das regiões Norte e Nordeste do país (INEP, 2024). Identificamos que 1.834.295 (79,3%) são docentes do sexo feminino e 481.321 (20,7%) do sexo masculino, de acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2024 (INEP, 2024).

É notório que em algumas etapas da Educação Básica há uma prevalência de professoras, a saber, na Educação Infantil, na qual os percentuais chegam a mais de 90% de docentes mulheres (INEP, 2023). À medida que as etapas vão avançando, os percentuais tendem a ser mais equilibrados, mas ainda assim a presença feminina é superior em todas as etapas da Educação Básica.

Tabela 2 - Distribuição do número de docentes por escolaridade/formação acadêmica no Brasil.

Escolaridade e formação acadêmica					
Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
5.247	0,2%	302.295	13,1%	2.008.074	86,7%

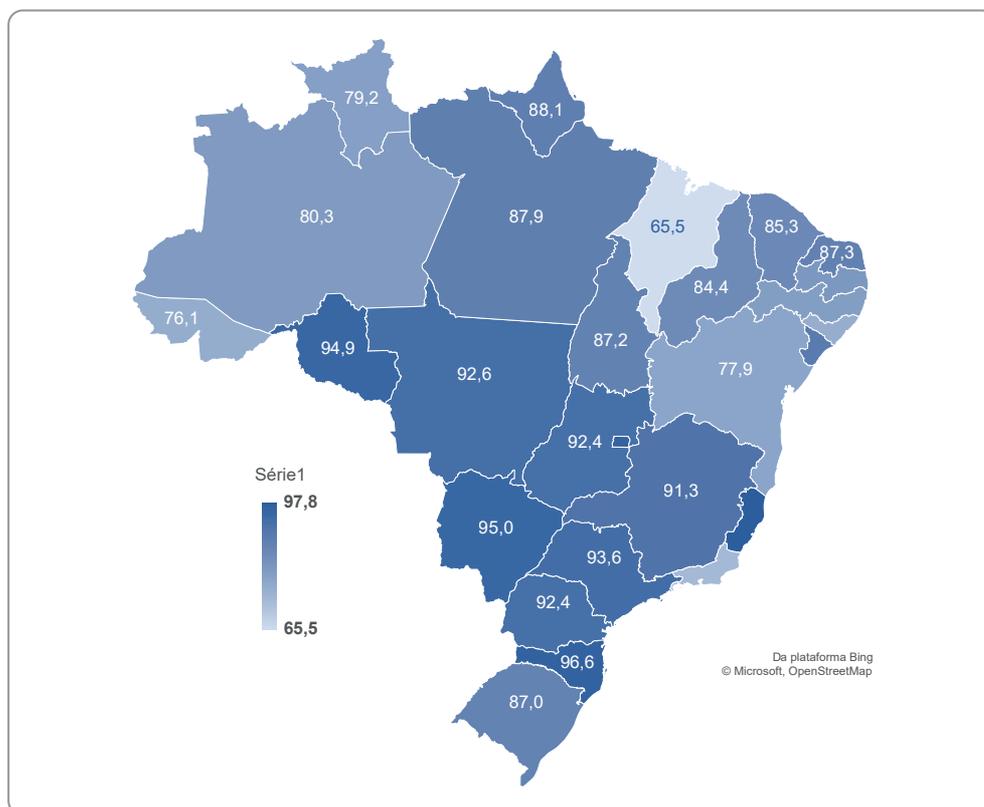
Fonte: INEP, 2024.

Em relação a escolaridade e formação de professores/as do Brasil temos a seguinte disposição: dos/das 2.315.616 docentes, 5.247 (0,2%) possuem Ensino Fundamental, 302.295 (13,1%) possuem o Ensino Médio e 2.008.074 (86,7%) possuem a Ensino Superior. Quando comparamos esses dados com os do Censo Escolar de 2015 (INEP, 2016) observamos que houve um aumento de docentes com Ensino Superior, porém, ainda temos um percentual significativo de docentes sem essa formação – mais de 300 mil –, afetando diretamente as metas 15 (assegurando que todos/as os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam) e 16 (formar, em nível de pós-graduação, metade dos/das professores/as da Educação Básica) do PNE (BRASIL, 2014).

Sabemos que os artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) dispõem que a “formação docente para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em

nível médio, na modalidade normal” (BRASIL, 1996). O PNE 2014-2024 almejava que em 2024 todos os/as docentes brasileiros/as possuísem nível superior, porém, esse cenário não é encontrado nos dados apresentados do Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024). A escolaridade média dos professores da Educação Básica no Brasil avançou, mas ainda há desafios importantes a serem superados, especialmente quando olhamos os dados a partir de outros recortes, por exemplo, da distribuição nas unidades federativas.

Figura 1 - Distribuição percentual de docentes com Ensino Superior nas unidades federativas do Brasil – 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Escolar 2023 (INEP, 2024).

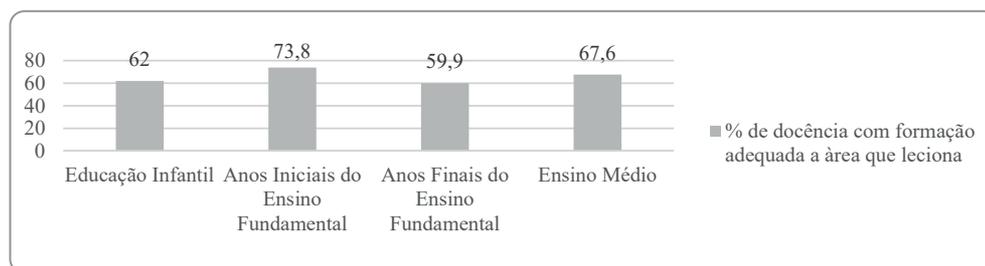
Na leitura do mapa acima observamos com mais detalhes as desigualdades existentes no país, onde a diferença percentual de professores com Ensino Superior entre o estado do Maranhão (65,5%) e o do Espírito Santo (97,8%) ultrapassam 30 pontos percentuais. Chama a atenção o fato de, das 27 unidades federativas do país, nove possuírem um percentual de docentes com Ensino Superior menor do que a média nacional (86,7): Acre (76,1%), Alagoas (75,7%), Amazonas (80,3%), Bahia (77,9%), Maranhão (65,5%), Paraíba

(81,2%), Pernambuco (79,5%), Rio de Janeiro (72,9%) e Roraima (79,2%). Apenas dois estados possuem percentuais muito próximos da média nacional, Ceará (85,3%) e Piauí (84,4%). Ademais, 16 unidades federativas possuem percentuais maiores do que a média nacional, a saber: Amapá (88,1%), Espírito Santo (97,8%), Goiás (92,4%), Mato Grosso (92,6%), Mato Grosso do Sul (95%), Minas Gerais (91,3%), Pará (87,9%), Paraná (92,4%), Rio Grande do Norte (87,3%), Rio Grande do Sul (87%), Rondônia (94,9%), Santa Catarina (96,6%), São Paulo (93,6%) Sergipe (88,9%), Tocantins (87,2%) e Distrito Federal (96,4%).

Tendo um olhar atento a esses dados, percebemos que a grande maioria dos estados com médias abaixo da nacional se encontram nas regiões Norte e Nordeste do país; a grande maioria dos estados com médias maiores do que a nacional está no Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O próximo Plano Nacional de Educação necessita apontar políticas públicas a fim de acabar com essas desigualdades.

Juntamente com o debate sobre a escolaridade dos/das docentes, refletimos sobre a adequação desse curso superior à área na qual o/a docente leciona. O Inep calcula, desde 2013, o Indicador de Adequação da Formação Docente, que considera o percentual de docências da Educação Básica que contenham professores/as cuja formação superior encontra-se adequada à área de conhecimento em que lecionam. Ao observarmos as informações do Gráfico 1 abaixo em escala crescente, concluímos que os anos finais do Ensino Fundamental (59,9%) constituem a etapa com o menor percentual de professores/as cuja formação superior está adequada à área de conhecimento na qual lecionam, seguida da Educação Infantil (62%) e Ensino Médio (67,6%). A etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental (73,8%) é aquela com os melhores percentuais desse indicador, contudo, todas necessitam de uma atenção para que seja cumprida a meta 15 do PNE.

Gráfico 1 - Percentual de docência da Educação Básica cuja formação superior está adequada à área de conhecimento na qual leciona

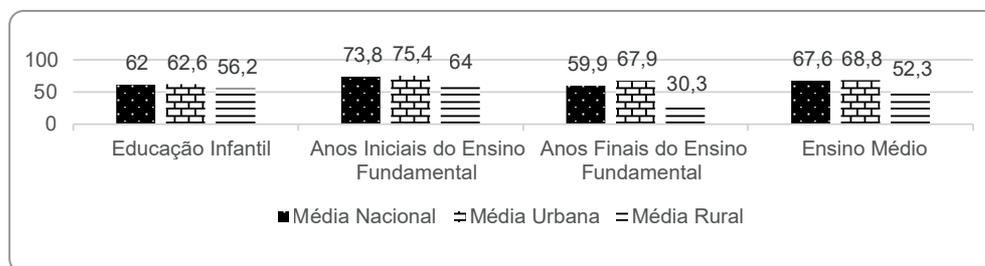


Fonte: INEP, 2024.

Sendo assim, entendemos que a escolaridade dos/das docentes brasileiras e “a compatibilidade entre sua graduação e as disciplinas que lecionam para suas turmas também evidenciam profundas desigualdades do sistema educacional do Brasil” (ANUÁRIO,

2021). Outros recortes são possíveis para compreender essas desigualdades, como localização (urbano/rural), a região do país, as unidades federativas e esfera administrativa (federal, estadual, municipal e privada). Por exemplo, docentes que atuam em escolas rurais apresentam menor percentual de formação adequada à área em que leciona do que aqueles/as que atuam em espaços urbanos. Esse fato ocorre em todas as etapas da Educação Básica; em algumas delas, como os anos finais do Ensino Fundamental, a diferença ultrapassa 30 pontos percentuais, pois 67,9% dos/das docentes urbanos/as possuem adequação, contra 30,3% dos rurais (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição dos percentuais de docentes com formação adequada de acordo com a localização – 2022



Fonte: INEP, 2024.

Algo que também chama atenção nessa discussão é que ainda há professores/as atuando em sala de aula sem a formação específica, como nas áreas de matemática, física, química e biologia. Essas informações reforçam que o desenvolvimento de políticas públicas para a formação dos/das professores/as precisa levar em conta essas desigualdades, enfrentando os diferentes de modo diferente.

Outra questão também importante quando refletimos sobre a escolaridade dos/das docentes é quanto ao seu Ensino Superior, se é Licenciatura ou não, bem como se esses/as professores/as possuem algum tipo de pós-graduação. Sobre o assunto, as Tabelas 3 e 4 apresentam um breve panorama.

Tabela 3 - Distribuição do número de docentes com ensino superior no Brasil e sua formação

Docentes com Ensino Superior		
Com Licenciatura	1.941.710	96,7%
Sem Licenciatura	66.364	3,3 %
Total	2.008.074	100%

Fonte: INEP, 2024.

Tabela 4 - Distribuição do número de docentes com pós-graduação no Brasil

Docentes com Pós-graduação		
	Freq.	%
Sem Pós-graduação	1.194.972	51,6
Especialização	1.010.247	43,6%
Mestrado	86.470	3,7%
Doutorado	23.927	1%
Total	2.315.616	100%

Fonte: INEP, 2024.

Observamos na leitura da Tabela 3 que apenas 66.364 (3,3%) docentes com Ensino Superior não possuem Licenciatura, e que a grande maioria (96,7%) possui. Do ponto de vista histórico esse dado aponta melhoria nos indicadores, porém, ainda há um número significativo de docentes que necessitam de cursos de complementação pedagógica.

Na análise da Tabela 4 nos deparamos com o seguinte cenário: 48,4% dos/das docentes brasileiros/as possuem pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), quase atingindo uma parte da meta 16 do PNE (BRASIL, 2014). Ainda temos poucos/as mestres/as e doutores/as desenvolvendo suas atividades na Educação Básica, o que coloca a necessidade de políticas e programas que fortaleçam a formação de docentes em programas de *stricto sensu* (mestrados e doutorados) no país.

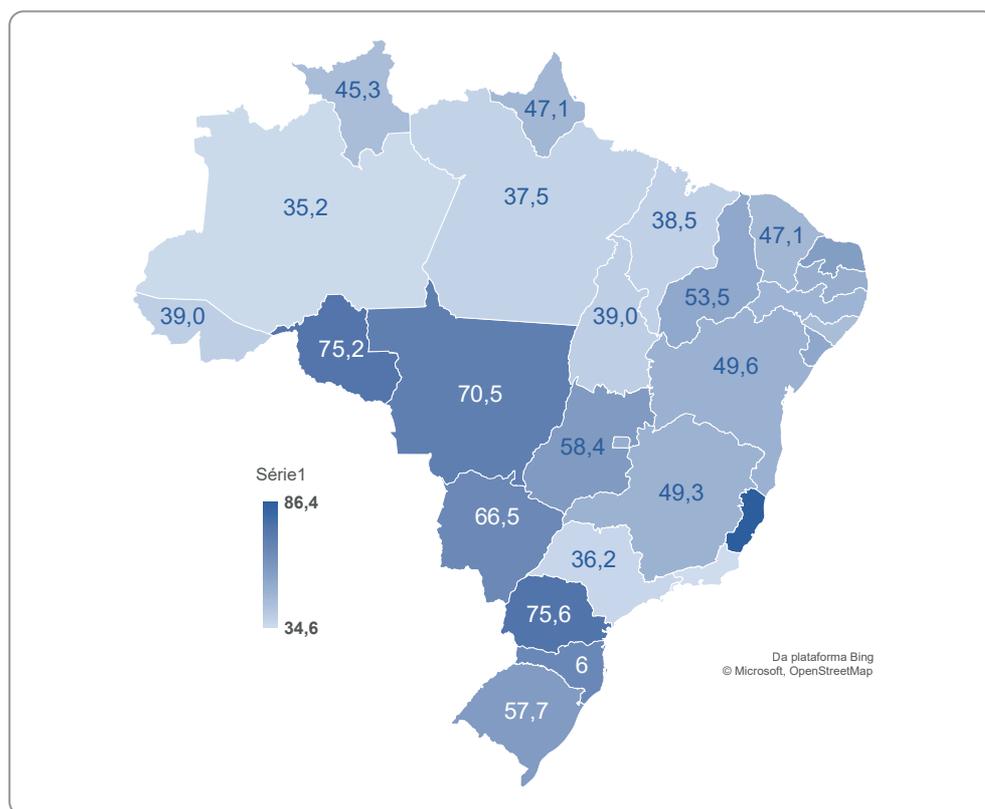
Analisando a Figura 2 a seguir, nos deparamos com mais uma expressão da desigualdade existente no país, pois a diferença percentual entre professores/as com pós-graduação no estado do Rio de Janeiro (34,6%) e no Espírito Santo (86,4%) ultrapassa 50 pontos percentuais. Destacamos que das 27 unidades federativas do país, 11 possuem um percentual de docentes com pós-graduação menor do que a média nacional (48,4%), são eles: Acre (39%), Alagoas (45,5%), Amazonas (47,1%), Ceará (47,1%), Maranhão (38,5%), Pará (37,5%), Rio de Janeiro (34,6%), Roraima (45,3%), São Paulo (36,2%) e Tocantins (39%). Os estados da Bahia (49,6%), Minas Gerais (49,3%) e Pernambuco (48,6) estão acima da média nacional, porém, ainda abaixo da meta 16 do PNE. O destaque positivo é de 13 unidades federativas que possuem percentuais maiores do que a média nacional, a saber: Espírito Santo (86,4%), Goiás (58,4%), Mato Grosso (70,5%), Mato Grosso do Sul (66,5%), Paraíba (50,8%), Paraná (75,6%), Piauí (53,5%), Rio Grande do Norte (57,2%), Rio Grande do Sul (57,7%), Rondônia (75,2%), Santa Catarina (66,4%), Sergipe (53,9%) e Distrito Federal (50,7%).

Mais uma vez se repete uma tendência no cenário nacional, com a grande maioria dos estados que apresentam médias abaixo da nacional nas regiões Norte e Nordeste do

país, e a grande maioria dos estados com médias maiores do que a nacional nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Importante registrar que os avanços na formação inicial e continuada dos/das docentes brasileiros/as são fruto da articulação de um conjunto de ações, programas e políticas de diferentes ministérios e órgãos, como Conselho Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Pafor, decretos etc.

Figura 2 - Distribuição percentual de docentes com pós-graduação nas unidades federativas do Brasil – 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Escolar 2023 (INEP, 2024).

Sobre o assunto, Nathanael Silva Neto, Júlio Torres e Silvana Lopes (2024) desenvolveram um estudo que discute a atuação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes na formação de professores/as da Educação Básica. Os autores e a autora apontam que “a instituição, historicamente, teve um papel de destaque na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil”, através de “diversas

ações, criação de inúmeros programas de formação inicial e continuada de professores, além do fortalecimento do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB)” (SILVA NETO, TORRES & LOPES, 2024, p. 2119-2120). Portanto, o estudo destaca a importância recente da Capes na formação inicial e continuada de professores, ratificando seu papel estratégico na Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação e, consequentemente, no novo Plano Nacional de Educação.

A formação inicial e continuada dos/das docentes deve prepará-los/las para atuar em uma realidade multicultural, onde a heterogeneidade e a diferença se tornem questões basilares do contexto educativo. Não podemos reforçar modelos de políticas que coloquem nos professores a responsabilidade cada vez mais sobre o sucesso e do fracasso escolar dos estudantes nos exames, nos índices e nas “metas de qualidade estabelecidas em âmbito nacional e internacional” (OLIVEIRA & MAUÉS, 2012, p. 68). Algo que necessita de uma análise mais profunda é o lento crescimento de docentes investindo em cursos de mestrado ou doutorado articulado à falta de reconhecimento, tanto em termos simbólicos, como em termos financeiros nas redes de ensino em que estão vinculados (NOGUEIRA, JESUS & CRUZ, 2013).

Reconhecemos através de outros estudos, como o de Cleomar Locatelli (2021), que o alcance das metas previstas no PNE depende também de um planejamento local (estados e municípios) bem articulado. Ao analisar os planos de alguns municípios da região Norte do Brasil, o autor encontrou um cenário de fragilidades “em que parece não terem sido adequadamente compreendidas as atribuições para com a formação docente ou em que, deliberadamente, buscou-se esquivar de responsabilidades” (LOCATELLI, 2021). Ou seja, para o próximo PNE urge a maior articulação entre planos estaduais e municipais, pois podemos cair no mesmo erro, afetando o cumprimento das metas. Almejamos que o próximo PNE enfrente essa problemática lançando luz nas questões expostas e consideramos que é imprescindível a continuação e o desenvolvimento de programas e políticas de formação de docentes.

Considerações finais

Este texto visou analisar a disposição da escolaridade e da formação de docentes brasileiros/as, a partir de uma análise documental dos dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023) e de uma análise descritiva dos seus dados.

O primeiro destaque é que o Brasil possui pouco mais de 2 milhões de professores/as e dois terços (2/3) deles/as estão na região Sudeste e Nordeste do país. Em sua maioria são mulheres que atuam em escolas públicas municipais urbanas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em relação à escolaridade, os dados apresentam um aumento no

percentual de docentes com Ensino Superior, porém, ainda aquém da meta 15 do PNE, configurando um desafio importante para o próximo plano.

Observamos também que a adequação entre curso superior e área em que o/a docente leciona tem aumentado nos últimos anos, mesmo que com grandes descompassos entre as distintas redes, escolas e etapas, afetando diretamente o cumprimento da meta 15. Ainda estamos distantes de alcançar uma formação adequada para a totalidade do corpo docente brasileiro em todas as etapas da Educação Básica, e esse indicador se soma aos desafios que deverão ser enfrentados no próximo PNE.

Outro ponto de destaque na análise dos dados é o aumento do número de professores/as com pós-graduação. O país está muito perto de atingir a meta 16 estipulada, porém, há distorções significativas quando analisadas as unidades federativas do país, fato que levará as autoridades a pensar um próximo planejamento que dê conta desses desafios. Dessa forma, consideramos urgente a articulação dos municípios e estados com a luta pela qualificação contínua dos/das docentes. Esse desafio deve estar atrelado às metas do Plano Nacional de Educação, que afetará os próximos planos estaduais e municipais.

Compreendemos que os dados apresentados apontam uma representação da realidade que pode estar ainda mais precarizada, caso façamos um esforço de pesquisa *in loco*. Nesse sentido, apontamos a necessidade de investigações que pautem a qualidade da formação dos/das docentes brasileiros/as, especialmente pela grande investida do setor privado nessa área. Também consideramos a urgência de uma política de Estado para a valorização dos/das trabalhadores/as profissionais da educação que não fragmente formação inicial e continuada, remuneração e salários justos, cumprimento do piso salarial, carreira, desenvolvimento profissional e condições de trabalho e saúde.

Por fim, nos somamos a um conjunto de atores/atrizes sociais que esperam do próximo PNE metas que visem respeitar, “especificamente, os enormes desafios atinentes à redução das desigualdades, à valorização das diversidades, à emergência ambiental” (CONAE, 2024) e à regulamentação do setor privado. Ou seja, almejamos que a próxima década na educação brasileira seja subsidiada por ações de respeito, promoção e valorização das diversidades e tolerância.

Recebido em: 29/05/2024; Aprovado em: 08/07/2024.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Editora Moderna, 2021. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. A Formação docente e o campo educacional: políticas, regulações e processos. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade & VIEIRA, Livia Fraga (Orgs.). *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BOGDAN, Roberto C & BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: DF, MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 jun. 2016.

BRASIL. *Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: DF, MEC, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art7. Acesso em: 28 maio 2024.

BRAULT, Michel. *A Formação do professor para a Educação Básica: perspectivas*. Brasília: MEC/UNESCO; 1994. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/need/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. *Perfil do professor da educação básica*. Brasília: DF. INEP. 2018. (Série documental. Relatos de pesquisa, n. 41). Disponível em: <https://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/relatos/issue/view/403>. Acesso em: 28 maio 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE. *Documento Referência*. Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Brasília: MEC. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>. Acesso em 28 maio 2024.

COSTA, Edugas Lourenço. *Expectativas e desafios da Meta Um do Plano Nacional De Educação*. PNE 2011/2020 aos Sistemas Municipais de Ensino. Florianópolis: Anped, 2014.

NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona; JESUS, Girlene Ribeiro de & CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Avaliação de desempenho docente no Brasil: desvelando concepções e tendências. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 13–32, 2013. DOI: 10.26512/lc.v19i38.4079. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4079>. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2013*. 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 25 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2015*. 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2017*. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2019*. 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*. 2022. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2022*. 2023. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2023*. 2024. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

LOCATELLI, Cleomar. O (Des)Comprometimento dos planos municipais de educação com a formação docente específica de nível superior. *Educ. rev.* Belo Horizonte, v. 37, e24551, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982021000100126&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 maio 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade & VIEIRA, Livia Fraga (Orgs.). *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de & MAUÉS Olgaíses Cabral. A formação docente no Brasil: cenário de mudanças políticas e processos em debate. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade & VIEIRA, Livia Fraga (Orgs.). *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

RAMOS, Michael Daian Pacheco. Condições de trabalho docente de professores de escolas rurais do Território Piemonte da Diamantina-Bahia. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <<http://www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/2667>>. Acesso em: 28 maio 2024.

SILVA NETO, Nathanael da Cruz; TORRES, Julio Cesar & LOPES, Silvana Fernandes. As metas 15 e 16 do PNE e a atuação da Capes na formação de professores da educação básica. *Caderno Pedagógico*. v. 21, n. 1, p. 2119–2141, 2024. Disponível em: <<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2389>>. Acesso em: 27 maio. 2024.